

Saúde Mental na Rede Estadual de Ensino de Lavras-MG: uma análise a partir da percepção dos supervisores pedagógicos

Mental Health in the State School System of Lavras, Minas Gerais, Brazil: An Analysis from the Perspective of Pedagogical Supervisors

Salud Mental en la Red Estatal de Educación de Lavras, Minas Gerais, Brasil: un análisis desde la percepción de los supervisores pedagógicos

GT09 - Agenda, formulação e Implementação de Políticas Públicas

Maria Clara de Souza Pepe Luz, Universidade Federal de Lavras¹

Luiza Amalia Soares Franklin, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Lavras²

RESUMO

Este estudo buscou compreender as percepções dos supervisores pedagógicos em relação à saúde mental dos estudantes nas escolas estaduais do município de Lavras. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória-descritiva, e utilizou entrevistas semiestruturadas com sete profissionais que atuam no Ensino Fundamental II. Os resultados evidenciaram um cenário complexo de alta gravidade, marcado pela prevalência de transtornos como ansiedade e depressão, além de fatores de risco como desestruturação familiar e uso excessivo de tecnologia. Foi observado um paradoxo na atuação profissional: embora o corpo docente seja o principal agente de acolhimento, gerando vínculos afetivos positivos, o estudo aponta um déficit na capacitação contínua dos profissionais e, principalmente, uma falha na concretização das políticas públicas em âmbito local, como a Lei nº 13.935/2019 e Lei nº 14.819/2024. Conclui-se que o sistema de suporte à saúde mental nas escolas de Lavras é sustentado pela dedicação individual e é precário, o que reforça a urgência na implementação de um suporte técnico especializado e permanente, notadamente a presença de profissionais de psicologia, para transformar o amparo legal em ação prática.

Palavras-chave: Gestão Estratégica de Pessoas. Administração Pública Municipal. Percepção de Servidores.

ABSTRACT

This study sought to understand the perceptions of pedagogical supervisors regarding students' mental health in state schools in the municipality of Lavras, Minas Gerais, Brazil. The research is characterized as qualitative, exploratory-descriptive in nature, and employed semi-structured interviews with seven professionals working in lower secondary education (Ensino Fundamental II). The findings revealed a complex and highly severe scenario, marked by the prevalence of disorders such as anxiety and depression, as well as risk factors including family disintegration and excessive use of technology. A paradox in professional practice was observed: although teachers act as the primary agents of emotional support, fostering positive affective bonds, they often lack adequate technical preparation to address mental health demands effectively. The study highlights a deficit in continuous professional training and, more importantly, shortcomings in the local implementation of public policies, such as Law No. 13,935/2019 and Law No. 14,819/2024. It is concluded that the mental health support system in Lavras schools relies heavily on individual dedication and remains fragile, reinforcing the urgency of

¹ Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras

² Doutora em Administração pela Universidade Federal de Viçosa

implementing specialized and permanent technical support—particularly the presence of psychology professionals—to translate legal provisions into effective practice.

Keywords: School Mental Health. Educators' Perceptions. Public Policies. School Psychologist.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender las percepciones de los supervisores pedagógicos en relación con la salud mental de los estudiantes en las escuelas estatales del municipio de Lavras, Minas Gerais, Brasil. La investigación se caracteriza como cualitativa, de naturaleza exploratoria-descriptiva, y utilizó entrevistas semiestructuradas con siete profesionales que actúan en la Educación Secundaria Básica (Ensino Fundamental II). Los resultados evidenciaron un escenario complejo y de alta gravedad, marcado por la prevalencia de trastornos como la ansiedad y la depresión, además de factores de riesgo como la desestructuración familiar y el uso excesivo de la tecnología. Se observó una paradoja en la actuación profesional: aunque el cuerpo docente actúa como el principal agente de acogida, generando vínculos afectivos positivos, a menudo carece de preparación técnica adecuada para enfrentar las demandas de salud mental. El estudio señala un déficit en la formación continua de los profesionales y, principalmente, una falla en la implementación local de políticas públicas, como la Ley n.º 13.935/2019 y la Ley n.º 14.819/2024. Se concluye que el sistema de apoyo a la salud mental en las escuelas de Lavras se sustenta en la dedicación individual y resulta precario, lo que refuerza la urgencia de implementar un soporte técnico especializado y permanente, especialmente la presencia de profesionales de la psicología, para transformar el amparo legal en acción práctica.

Palabras clave: Salud Mental Escolar. Percepción Docente. Políticas Públicas. Psicólogo Escolar.

1. Introdução

A saúde mental na infância e adolescência é de suma importância, pois impacta significativamente o futuro desses indivíduos. Os anos iniciais da vida das pessoas são determinantes para seu desenvolvimento, durante os quais as experiências iniciais negativas podem gerar traumas que persistem na vida adulta. Como observado por Barbieri (2023, p. 12), "a exposição a eventos estressantes, traumáticos ou ambientes pouco favoráveis pode deixar uma marca duradoura na saúde mental das crianças, impactando não apenas seu bem-estar imediato, mas também influenciando o curso de suas vidas". Infelizmente, os transtornos mentais estão se tornando mais frequentes na vida de crianças e adolescentes brasileiros.

Uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) aponta que uma em cada quatro crianças e adolescentes vivenciou episódios de ansiedade e/ou depressão durante a pandemia (Polanczyk, 2021). Além disso, os sintomas de depressão e ansiedade em adolescentes aumentaram após o período pandêmico, respectivamente em 26% e 10% (Bottallo, 2023). Enfatiza-se que o período da adolescência é fundamental para prevenir problemáticas relacionadas à saúde mental, que podem gerar consequências extremas. Um estudo conduzido pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) revelou que cerca de mil crianças e adolescentes, com idades entre 10 e 19 anos, cometem suicídio a cada ano no Brasil, conforme dados compilados entre 2012 e 2021 (Gandra, 2023). Esses fatos justificam a necessidade de políticas públicas voltadas para a saúde mental nesses períodos, visando tanto a prevenção de transtornos mentais, quanto a mitigação das consequências e impactos dessas doenças no futuro dessas crianças e adolescentes.

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regido pela Lei n.º 8.069/1990, afirma que "a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência". Diante disso, a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, prevista pela Lei n.º 14.819/2024, preza pela integração dos setores de educação, saúde e assistência social, com intuito de oferecer ações de promoção, prevenção e atenção psicossocial no âmbito escolar. Ainda no contexto desta lei, segundo o Art. 2º, "São objetivos da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares: I – promover a saúde mental da comunidade escolar".

Ações voltadas para a saúde mental no contexto escolar são essenciais porque influenciam o ambiente educacional e promovem bem-estar físico e emocional aos estudantes. Além disso, os desafios relacionados a esse contexto, como ansiedade, depressão e estresse, prejudicam o desempenho acadêmico e o desenvolvimento pessoal. Segundo o estudo de Fatori *et al.* (2018, p. 3014), "o alto grau de limitação funcional e sofrimento causado pelos problemas de saúde mental resultam em um impacto significativo na qualidade de vida e na produtividade". Em 2021, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e o Instituto Ayrton Senna realizaram um mapeamento da avaliação de rendimento escolar, que apontou que "dois em cada três estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio da rede estadual relatam sintomas de depressão e ansiedade" (São Paulo, 2022, para. 1). Além disso, "um em cada três afirmou ter dificuldades para se concentrar no que é proposto em sala de aula" (São Paulo, 2022, para. 2).

Fora da sala de aula, esse cenário também afeta o grupo, uma vez que "18,8% relataram sentir-se totalmente esgotados e sob pressão, enquanto 18,1% disseram perder totalmente o sono por preocupações e 13,6% afirmaram perder a confiança em si mesmos" (São Paulo, 2022, n.p). Diante desses números, vale destacar que episódios vivenciados no ambiente escolar podem gerar esses dados, visto que Faria e Rodrigues (2020) verificaram que o bullying e a diferença no tratamento dos alunos pelos professores são duas das diversas causas de transtornos mentais nessa faixa etária.

Neste contexto, afirma-se que os atores sociais envolvidos são alunos, professores e familiares, sendo que o professor apresenta um papel crucial no desenvolvimento da saúde mental dos adolescentes, visto que passa um considerável tempo com eles. Tavares e Barros (2022, p. 36) enfatizam essa posição de privilégio, pois ela possibilita que educadores possam "colaborar para identificação dos adolescentes em risco de saúde, desenvolver ações de prevenção e monitoramento de problemas em saúde mental". Segundo Wei e Kutcher (2012), revisões sistemáticas destacam a eficácia de intervenções preventivas para transtornos como depressão, ansiedade, abuso de substâncias, entre outros, ressaltando o papel crucial dos educadores nessas intervenções.

Apesar da importância da atuação desses atores na vida dos estudantes, isso não se reflete em preparo para eles lidarem com os desafios da saúde mental. Na verdade, "professores são pouco preparados para lidar com as emoções do jovem e problemas relacionados à saúde mental (SM), sendo necessários programas de capacitação e intervenções de curto prazo, que possam ser facilmente implementados na escola" (Tavares & Barros, 2022, p. 30). Sendo assim, a percepção dos educadores sobre esse cenário se faz importante para que o poder público possa prepará-los para encarar o desafio de identificar e acolher situações que precisam de atenção especial nesse quesito, e dar os devidos encaminhamentos.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender as percepções dos supervisores pedagógicos em relação à saúde mental dos estudantes nas escolas estaduais do município de Lavras. Esta pesquisa contribui para a área de Administração Pública devido à escassez de estudos sobre esse assunto, apesar da importância do tema para o planejamento de políticas públicas no contexto escolar. Além disso, destaca-se o fato de que a equipe escolar geralmente não possui formação profissional específica para lidar com questões de saúde mental, o que pode resultar em negligência desse aspecto tanto pelas políticas públicas quanto pelos estudiosos e profissionais da educação (Santos, 2006). Sendo assim, o presente trabalho será conduzido para responder à seguinte questão: Qual a percepção dos supervisores pedagógicos em relação à saúde mental dos estudantes nas escolas?

Para responder a essa pergunta, foram realizadas entrevistas com supervisores escolares responsáveis pelo ensino fundamental II, visto que esse grupo de estudantes é um dos mais afetados. No próximo capítulo, explora-se o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa, revelando os conceitos e estudos sobre saúde mental no contexto escolar, bem como as perspectivas dos professores sobre o tema.

2. Referencial Teórico

2.1 Saúde mental no contexto escolar

A temática saúde, em geral, desmembrou-se até chegar na saúde mental. A evolução dos temas relacionados à saúde ocorreu em três tempos: primeiro, saúde física; depois, saúde psicossocial; por fim, saúde mental (Soares *et al.*, 2014). A saúde mental é um termo que engloba o estado de bem-estar do indivíduo, no qual ele pode desenvolver plenamente suas capacidades pessoais e contribuir para a sociedade. Este conceito está intrinsecamente ligado aos aspectos psicológicos, emocionais, físicos, sociais, ambientais e econômicos,

conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (n.d.). No entanto, o assunto é pouco desenvolvido e abordado em diversas áreas da sociedade, segundo Tavares e Barros (2022) os profissionais de atenção primária manifestam a precariedade na assessoria e capacitação. É importante ressaltar a influência dos ambientes frequentados pelo indivíduo, como o familiar, o escolar, o laboral, entre outros. Assim, “é expressa por meio de agressividade e agitação excessivas, isolamento, desatenção e dificuldade no cumprimento relacionadas aos contextos familiar, escolar e socioculturais presentes no cotidiano das crianças” (Cid *et al.*, 2019, p. 1). Posto isso, Matsukura e Cid confirmam que “os contextos familiar e escolar são os mais imediatos e intensamente vivenciados por crianças, aponta-se a necessidade de que tais ambientes propiciem as mesmas, situações que proporcionem o crescimento saudável” (2007, p. 192). Por influência dos ambientes, revela-se a importância de ações intersetoriais, nesse contexto, é essencial reconhecer e fortalecer as potencialidades que a escola oferece, como afirmam Cid *et al.*:

Devido à sua importância, a escola, assim como a família, pode ser compreendida como um espaço com características que podem favorecer ou interferir no desenvolvimento infantil, com potencialidades que necessitam ser fortalecidas, visando proporcionar às crianças e à comunidade condições para o crescimento, o amadurecimento e a formação (Cid *et al.*, 2019, p. 20).

De maneira especial, destaca-se o ambiente escolar como fundamental para o desenvolvimento da saúde mental dos adolescentes, uma vez que a vivência na escola representa uma parte significativa da vida (Faria & Rodrigues, 2020). Entretanto, Tavares e Barros (2022) indicam que diversos estudos apontam a formação para o trabalho em saúde mental do adolescente como insuficiente, destacando isso como um importante desafio para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde mental do adolescente na atenção básica. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), interpreta-se que é obrigação das famílias, da sociedade e do poder público assegurar os direitos fundamentais dos adolescentes. De acordo com a lei, pressupõe-se que a escola está relacionada com o poder público em assegurar o direito do adolescente na atenção da saúde mental, vale ressaltar a relevância de constituir uma visão para solucionar problemáticas relacionadas no ambiente escolar:

A escola é um ambiente propício para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde mental do adolescente e uma instituição que pode ser aliada ao propósito de superação da lógica de exclusão social decorrente do desconhecimento do processo de adoecer em saúde mental e seus determinantes, colaborando para superar a marginalização das pessoas em sofrimento mental, contribuindo com a atenção à saúde mental do adolescente (Tavares & Barros, 2022, p. 30).

Contudo, as autoras refletem sobre outros estudos que apontam que “crianças e adolescentes em sofrimento psíquico têm maior chance de apresentar dificuldade no contexto escolar” (Cid *et al.*, 2019, p. 3) e que o “desempenho acadêmico está intimamente ligado à situação socioemocional das crianças” (Cid *et al.*, 2019, p. 3). Segundo Soares *et al.* (2014, p. 941), “jovens afetados por doenças mentais apresentam pior rendimento escolar, baixo padrão de interação social, problemas com a lei, maiores taxas de evasão escolar e maiores índices de gestação na adolescência”. Diante desses fatos, “a escola é um dos principais contextos da vida de crianças e adolescentes na atualidade, possuindo, assim, um caráter psicossocial relevante que deve ser assumindo e explorando” (Cid *et al.*, 2019, p. 4).

A preocupação com a sanidade mental dos adolescentes nas escolas está crescendo, destacando a importância da identificação precoce e intervenção. Ações focadas na saúde mental dentro do ambiente escolar podem prevenir problemas mais graves e melhorar a qualidade de vida dos estudantes em diversos contextos. Conforme Soares *et al.* (2014), sob a perspectiva neurodesenvolvimental, intervenções direcionadas à saúde mental nas escolas podem prevenir ou reduzir a gravidade de doenças mentais, evitando complicações familiares, acadêmicas e sociais. No próximo tópico, será abordada a percepção dos professores sobre a importância de compreender essa abordagem.

2.2 O papel dos educadores diante da saúde mental de estudantes

Na perspectiva dos professores, saúde mental “relaciona-se ao equilíbrio entre mente e corpo, como requisito para a felicidade” (Soares *et al.*, 2014, p. 940). A maioria dos educadores não possui conhecimento para lidar com problemáticas nesse âmbito, a compreensão dessas questões auxiliaria a orientação dos pais e dos alunos

para adquirirem hábitos saudáveis (Soares *et al.*, 2014), como também, desenvolvimento de intervenções eficazes nesse contexto. Desse modo, “o convívio com os estudantes permite ao professor conhecer suas preocupações e necessidades, podendo intervir, com a ajuda da família e da própria comunidade, na solução dos problemas” (Tavares & Barros, 2022, p. 36). Portanto, é interessante observar como os professores percebem essa questão, dado que influencia diretamente a forma como lidam com os alunos e suas necessidades emocionais. Em concordância com a pesquisa:

[...] 41,9% dos professores definiam a saúde mental como: ‘a capacidade de estar livre de transtornos que tiram o equilíbrio emocional. É o funcionamento da mente dentro dos padrões estabelecidos pela medicina responsável por essa área, ou seja, o equilíbrio das funções cerebrais, do sistema nervoso e dos impulsos nervosos. Dessa forma, a mente e o corpo trabalham em harmonia para que não existam sentimentos ruins e possamos superar as dificuldades, sem que seja necessário fazer uso de bebidas e drogas para superarmos os problemas’. O percentual de professores que associavam a saúde mental especificamente com doenças da mente foi de 6,4% (Soares *et al.*, 2014, p. 942 e 947).

Em harmonia com Tavares e Barros (2022), observam que os professores naturalmente contribuem para a saúde emocional dos alunos através de vínculos afetivos, empatia e escuta reflexiva. Eles sugerem que este papel pode ser ampliado com conhecimentos em saúde mental focados na promoção e prevenção. Segundo estudo levantado por Cid *et al.* (2019), com o objetivo de identificar percepções dos educadores sobre saúde mental infantil e contexto escolar, condiz com as estratégias que os professores executam de acordo com as problemáticas no contexto escolar:

Os participantes disseram que desenvolvem estratégias de aproximação com a criança, com a família, com a coordenação pedagógica da própria escola e buscam encaminhamentos com profissionais da área da saúde, especializados em saúde mental. Ao discursarem sobre as estratégias que adotam no cotidiano do trabalho, os participantes indicaram um envolvimento com as crianças de forma bastante afetiva, demonstrando preocupação, empatia e motivação para a ajuda e o enfrentamento da situação (Cid *et al.*, 2019, p. 16).

Nesse contexto, a disseminação de informações sobre saúde mental é de suma importância para formar uma comunidade escolar bem informada e preparada para lidar com questões emocionais e psicológicas. Em vista disso, a falta de formação e informação para lidar com situações, bem como a importância do professor na vida do aluno tanto profissional quanto pessoal e emocional (Cid *et al.*, 2019). Outra pesquisa, reafirma mostrando que “há pouca informação sobre saúde mental disponível para os professores, mostrando ser necessário haver desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde mental na escola” (Soares *et al.*, 2014, p. 940). Todavia, o acesso precário dessas informações limita a capacidade dos professores em identificar problemas de saúde mental entre os alunos (Soares *et al.*, 2014, p. 947), isso colabora com a insegurança ao lidar com alunos:

Não apareceram racionalidades discriminatórias no discurso dos professores, e sim relatos de insegurança na tomada de decisão diante de alunos portadores de transtornos mentais. Os professores atribuíram à insegurança a falta de informações sobre saúde mental e demonstraram interesse em adquirir conhecimento sobre o tema, pois acreditam que isso pode ser útil no seu dia a dia com os alunos (Soares *et al.*, 2014, p. 947).

O desenvolvimento de estratégias informativas é considerado importante no processo de aprendizagem, sendo entendido pelos professores como uma forma eficaz de consolidar o conhecimento (Soares *et al.*, 2014). Ademais, a principal fonte de informações sobre saúde mental para os professores, segundo a pesquisa aqui mencionada, tem sido a televisão, embora eles considerem essas informações insuficientes e superficiais, como evidente nas respostas de participantes:

“Entre os meios de comunicação de massa, a televisão foi a principal fonte de informações sobre saúde mental”; “Os professores, no entanto, referiram que informações nos meios de comunicação são insuficientes, superficiais ou sensacionalistas.”; “Esse tipo de instrumento foi selecionado por facilitar padronização dos dados.”; “Os sentidos atribuídos à saúde mental pelos professores indicam interesse

em obter conhecimentos sobre o tema da saúde mental, uma vez que isso pode ser útil no trabalho com os alunos” (Soares *et al.*, 2014, p. 947).

Apesar disso, a constituição de programas de capacitação para essa questão nas escolas é desafiadora, visto que os programas promovam uma aprendizagem transformadora de atitudes, permitindo que os estudantes desenvolvam hábitos para uma vida saudável (Tavares & Barros, 2022). Dessa maneira, pode-se ocasionar diversos impactos na saúde mental de diferentes atores na sociedade, tanto no âmbito escolar quanto no familiar. Da forma que afirma no estudo:

Uma presença intensa de sofrimento psíquico experienciado pelas crianças e percebido pelos profissionais da escola, o que tem prejudicado o desempenho e a saúde mental dos diferentes atores envolvidos (crianças, famílias, professores) e causado sofrimentos que precisam ser olhados pelos diversos setores da sociedade (Cid *et al.*, 2019, p. 15).

Destaca-se, portanto, a urgência na implementação de programas de saúde mental nas escolas, focados em capacitar os professores para lidar de forma mais eficaz com esses desafios: “a colaboração entre profissionais da escola, serviços de saúde e comunidade é fundamental para o sucesso dos programas de Saúde Mental Escolar” (Tavares & Barros, 2022, p. 30). No entanto, há uma carência significativa na qualificação dos profissionais que lidam com adolescentes em relação à saúde mental, o que compromete a atuação desses profissionais e a eficácia dessas iniciativas. Diante disso, o presente estudo busca compreender o ponto de vista dos profissionais de educação sobre essa questão. No capítulo seguinte, foram delineados os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

3. Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as percepções dos profissionais da gestão pedagógica em relação à saúde mental nas escolas estaduais do município de Lavras. Segundo Gehardt e Silveira (2009, p. 32), os preceitos qualitativos consideram “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Diante das diversas características dessa abordagem, destacou-se a “hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar” (Gehardt & Silveira, 2009, p. 32).

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o intuito de verificar as percepções e experiências dos profissionais envolvidos em relação à saúde mental no ambiente escolar. Conforme Gehardt e Silveira (2009, p. 72), esse tipo de entrevista ocorre quando “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. As perguntas foram desenvolvidas com base nos estudos apresentados no referencial teórico e no objetivo deste trabalho, abordando temas como percepções sobre saúde mental, desafios enfrentados, práticas existentes, necessidades identificadas e conhecimento de políticas públicas na área.

Mais especificamente, foram entrevistados os profissionais da gestão pedagógica (Especialistas em Educação Básica e Coordenadores) responsáveis pelo Ensino Fundamental II. No entanto, foram mapeadas todas as escolas da rede estadual de ensino do município de Lavras (MG), totalizando oito unidades. Contudo, apenas seis delas responderam dentro do prazo estabelecido. A amostra foi estimada para ser de um responsável por escola; portanto, conseguiu-se em uma escola dois responsáveis, totalizando sete profissionais entrevistados. Ofereceu-se aos participantes a oportunidade de escolher a modalidade de entrevista (presencial ou online), duas entrevistadas optaram por online e o restante optou pela presencial.

Para tanto, a escolha da cidade e a delimitação dos profissionais estabelecidos para a realização deste estudo ocorreram devido à sua acessibilidade e à relevância do contexto em relação aos objetivos da pesquisa, caracterizando uma amostragem por conveniência ou por acessibilidade. Quanto a essa modalidade de escolha, Gil (2021, p. 106) explica que “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”.

Posteriormente, a análise dos dados coletados envolveu a identificação de temas correlacionados com o estudo, em concordância com as respostas dos entrevistados. Posto isto, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo para interpretar e categorizar os dados, conforme sugerido por Bardin (2011, p. 44), que destaca: “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Foi possível também realizar a identificação de questões e recomendações para políticas públicas.

Para a realização das entrevistas, a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Lavras, sob código de processo 88510125.9.0000.5148, garantindo que o estudo fosse conduzido de acordo com os padrões estabelecidos. Além disso, passou por análise da Secretaria Estadual de Educação para obter a permissão para realizar as entrevistas nas escolas. Ademais, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi fornecido aos participantes antes da realização das entrevistas, assegurando o cumprimento dos princípios éticos de confidencialidade e anonimato. Diante do exposto, no próximo capítulo, serão apresentados os resultados e discussões.

4. Resultados e Discussões

Participaram desta pesquisa sete profissionais que atuam na área pedagógica das escolas, responsáveis pelo Ensino Fundamental II. As participantes pertencem a seis escolas estaduais do município de Lavras. Todas são do sexo feminino, sendo os cargos ocupados na instituição: cinco Especialistas em Educação Básica, duas coordenadoras do Ensino Fundamental em Tempo Integral (EFTI).

O tempo de trabalho na educação estadual variou de quatro a trinta e cinco anos, sendo que duas profissionais possuíam quatro anos e as demais a partir de dez anos de experiência. Todas as participantes apresentavam mais de um ano de atuação como responsáveis pelo Ensino Fundamental II, com variação entre um e trinta e cinco anos: cinco possuem até seis anos de experiência, enquanto uma possui vinte anos, e outra possui trinta e cinco anos. Em relação ao tempo de atuação no cargo, das cinco Especialistas em Educação Básica, três atuam há menos de dez anos, enquanto duas estão entre dez e trinta e cinco anos de exercício. Quanto ao tempo de permanência na instituição, duas profissionais estão há apenas oito meses, duas entre um e três anos e três há mais de dez anos. Deve-se ponderar que parte significativa dos respondentes encontra-se há pouco tempo no cargo e atuou durante os períodos mais impactados pela pandemia. Tal condição configura um possível viés, na medida em que essas experiências podem ter influenciado o conteúdo das respostas.

Considerando que as escolas possuem realidades distintas — desde vulnerabilidade social até situações de criminalidade e dificuldades no relacionamento com as famílias —, observa-se que esses fatores influenciaram os resultados, uma vez que impactam na percepção das supervisoras em relação à saúde mental dos estudantes.

Com vistas ao alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, foram construídos cinco blocos de análise a partir das entrevistas: Percepção sobre a Saúde Mental nos Estudantes, Apoio e Prevenção nas Escolas, Atuação da Escola e dos Professores, Capacitação e Políticas Públicas.

4.1 Percepção sobre a Saúde Mental dos Estudantes

A percepção dos profissionais da educação de Lavras-MG sobre o cenário da saúde mental (SM) dos estudantes é marcada pela complexidade e pelo aumento das problemáticas, refletindo uma preocupação que se alinha com estudos recentes sobre o tema. No entanto, as entrevistadas destacaram que tais questões impactam diretamente o rendimento escolar, a relação pedagógica e o bem-estar geral dos alunos, evidenciando que a saúde mental é fator determinante para o desenvolvimento integral, conforme apontado por Tavares e Barros (2022).

A preocupação com a SM dos adolescentes é evidenciada nas respostas, que apontam para um cenário complexo influenciado por fatores como o uso excessivo de tecnologia, em especial do celular, e a desestruturação familiar. A fala da Entrevistada 4 (E4) de que os alunos são "bombardeados por informações" e o relato da E5 sobre a "desestruturação familiar" demonstram que os profissionais compreendem a SM como um fenômeno multifatorial. Essa visão corrobora a literatura que aponta para a interconexão entre fatores individuais, familiares e sociais (Cid *et al.*, 2019; Matsukura; Cid, 2007). Em complemento, Cid *et al.* (2019), confirmam que os contextos familiar e escolar são os ambientes mais imediatos e intensamente vivenciados, interferindo no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

No que tange aos transtornos observados, a pandemia é mencionada pelos entrevistados como um marco de agravamento das questões de SM. Entre os transtornos mais frequentes, há destaque unânime para a ansiedade e a depressão, além do aumento dos diagnósticos de casos de TDAH e autismo. Tais achados refletem diretamente a realidade nacional. A pesquisa da USP (Polanczyk, 2021) e os dados compilados pelo estado de São Paulo (São Paulo, 2022) já apontavam que uma em cada quatro crianças e adolescentes vivenciou episódios de ansiedade e/ou depressão no período pandêmico, com sintomas de depressão aumentando em 26% e ansiedade

em 10% (Bottallo, 2023). A percepção das educadoras de Lavras, portanto, não apenas confirma a prevalência destes transtornos em seu contexto local, mas também legitima a urgência de intervenções específicas nas escolas estaduais.

Além dos transtornos mais frequentemente observados, dislexia, dificuldades de aprendizagem e comportamentos relacionados à indisciplina e exposição a riscos também foram apontados. As entrevistadas relataram que tais questões impactam diretamente a aprendizagem, a relação pedagógica e o bem-estar geral dos alunos, evidenciando que a saúde mental é determinante para o desenvolvimento integral (Tavares; Barros, 2022). Estes achados também convergem com estudos de Soares *et al.* (2014) e Cid *et al.* (2019), que indicam que estudantes com sofrimento psíquico apresentam desempenho acadêmico comprometido, maior vulnerabilidade social e dificuldades de interação.

A tendência de vincular os desafios da saúde mental ao uso excessivo de dispositivos eletrônicos é reforçada pela observação da E2, que explica que o comportamento dos estudantes é “muito voltado ao celular, sabe? Não tá muito desinteresse pelo que é necessário”. Em concordância, a E5 diz que “Eles ficam no celular de forma totalmente desobediente”, enquanto a E4 sugere que os profissionais reconhecem o impacto do ambiente sociocultural no bem-estar dos alunos e à sobrecarga informativa pela fala “bombardeados por informações”. Esses pontos se alinham à perspectiva de Cid *et al.* (2019) e Matsukura e Cid (2007), que enfatizam a influência dos contextos socioculturais e ambientais na saúde mental infantil e adolescente, estendendo a responsabilidade para além do indivíduo. Contudo, é válido ponderar que o uso de dispositivos celulares no contexto escolar se tornou uma questão tão sensível que resultou em regulamentação legal, pela Lei 15.100/2025, a qual restringe o uso de celulares e aparelhos eletrônicos portáteis durante aulas, recreios e intervalos, salvo em situações excepcionais e para fins pedagógicos.

Outro fator crucial recorrente nas falas é a questão familiar, seja pela desestruturação (E5) ou por situações extremas como o uso de drogas, “filhos do crack” - E3. Essa observação ratifica a literatura que aponta a família como um dos contextos mais imediatos e intensamente vivenciados, que pode “favorecer ou interferir no desenvolvimento infantil” (Cid *et al.*, 2019, p. 20). É notável que, no dia a dia da escola, os supervisores lidam diretamente com as consequências de vulnerabilidades sociais que se manifestam no ambiente de aprendizagem, transformando o espaço escolar em um reflexo das tensões externas.

4.2 Apoio e Prevenção nas Escolas

Apesar do reconhecimento unânime sobre a importância da saúde mental (como visto no tópico 4.1) e da alta incidência de casos graves, a análise sobre o Apoio e Prevenção nas Escolas revela que as ações ainda são pontuais, heterogêneas e, frequentemente, dependentes da iniciativa individual do corpo docente ou da gestão, e não de uma política institucionalizada e contínua. A existência de práticas de observação, encaminhamento ao psicólogo ou esforços de acolhimento (E1, E2, E7, E3) coexiste com a afirmação de que não há suporte efetivo e que as políticas de inclusão são frágeis (E5). Tal discrepância entre as instituições, mesmo dentro da mesma rede municipal, evidencia a carência de um protocolo unificado e estruturado de atenção psicossocial. Essa fragilidade é preocupante, pois contraria a visão de Tavares e Barros (2022) que destacam a escola como um ambiente propício e estratégico para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde mental, capaz de superar a lógica de exclusão e marginalização.

A gravidade do cenário é confirmada pela maioria das entrevistadas (E1, E3, E4, E5, E6), que relatam experiências diretas ou indiretas com autolesão e tentativas de suicídio. A ocorrência desses episódios, que, segundo Fatori *et al.* (2018), prejudicam significativamente a qualidade de vida e a produtividade dos jovens, demonstra que o acolhimento, embora existente, não está sendo suficiente ou preventivo o bastante para conter o sofrimento psíquico extremo. A necessidade de prevenção é, portanto, urgência na realidade de Lavras, reforçando o papel crucial da escola no desenvolvimento de estratégias de prevenção e no monitoramento de problemas relacionados à saúde mental (Tavares & Barros, 2022).

4.3 Atuação da Escola e Professores

A atuação da escola e dos professores no enfrentamento das questões de saúde mental é majoritariamente avaliada como positiva pelos participantes, destacando-se o acolhimento, o envolvimento e o suporte que os docentes oferecem (E1, E2, E3, E4, E6, E7). Essa percepção alinha-se diretamente com o referencial teórico que reconhece a posição de privilégio do educador. Segundo Tavares e Barros (2022), o professor, por meio de “vínculos afetivos, empatia e escuta reflexiva”, contribui naturalmente para a saúde emocional dos alunos. Essa

atuação é confirmada por Cid *et al.* (2019), cujo estudo demonstra que os professores desenvolvem estratégias de aproximação e se envolvem de forma afetiva, buscando encaminhamentos e soluções para as problemáticas. O achado de Lavras, portanto, confirma que o professor é o agente de linha de frente no cuidado emocional, utilizando sua proximidade para identificar mudanças de comportamento e acionar a supervisão (E3).

Entretanto, essa atuação positiva não está isenta de custos. A E3, ao mesmo tempo que reforça a relevância do professor, menciona a sobrecarga mental dos docentes, que muitas vezes acabam "levando os problemas para casa". A E5 complementa, expressando preocupação com o desgaste emocional e a necessidade de suporte da equipe gestora em situações de indisciplina.

Esse é um paradoxo central da pesquisa: enquanto os professores de Lavras cumprem seu papel de apoio emocional previsto na literatura, a ausência de um suporte institucional robusto transfere o sofrimento psíquico dos alunos para os educadores. Essa tendência converge com a advertência de Cid *et al.* (2019, p. 15), que observaram que a presença intensa de sofrimento psíquico vivenciado pelas crianças tem "prejudicado o desempenho e a saúde mental dos diferentes atores envolvidos (crianças, famílias, professores)". Em suma, o professor é reconhecido como o principal apoio, mas é, ele próprio, um ator em risco que necessita de atenção e apoio psicológico para sustentar sua função.

4.4 Capacitação

A análise sobre a capacitação evidencia um descompasso entre o papel crucial atribuído ao educador e seu preparo efetivo para desempenhá-lo. A predominância da percepção de conhecimento limitado e insuficiência de formação (E1, E2, E6, E7) é a principal tendência deste bloco. Embora a experiência prática (E3) e o interesse pessoal (E4, E5) ajudem a suprir algumas lacunas, três entrevistadas não se consideram totalmente preparadas para lidar com situações de crise (E1, E2, E7), expressando sentimentos de insegurança. Essa realidade de Lavras reflete as conclusões da literatura, que já apontavam que há pouca informação sobre saúde mental disponível para os professores (Soares *et al.*, 2014). De fato, Cid *et al.* (2019) confirmam que a falta de formação e informação limita a capacidade desses profissionais. Além disso, Tavares e Barros (2022) destacam que a formação insuficiente para o trabalho em saúde mental do adolescente é um importante desafio a ser superado. A falta de conhecimento, como apontado por Soares *et al.* (2014), colabora diretamente com a insegurança na tomada de decisão diante de transtornos.

O desejo dos supervisores por cursos, grupos de estudo e formações especializadas (E1, E2, E6, E7) reforça a necessidade de desenvolvimento de "programas de capacitação e intervenções de curto prazo" (Tavare & Barros, 2022, p. 30). As entrevistadas apontam que a capacitação deve ir além do teórico, contemplando o aprimoramento da prática pedagógica e a atenção à realidade emocional dos próprios professores (E3, E4, E5), validando a urgência na implementação de programas que promovam uma aprendizagem transformadora de atitudes e habilidades de autocuidado, como defendido por Tavares e Barros (2022).

4.5 Políticas Públicas

O bloco sobre Políticas Públicas revela uma visão crítica e pragmática das profissionais de Lavras. Há um consenso absoluto sobre a relevância das políticas públicas, mas uma forte crítica à sua não concretização na prática cotidiana. A percepção de que "a lei existe, porém não acontece na prática" (E3), em relação à Lei nº 13.935/2019 (que trata de psicólogos e assistentes sociais nas escolas), é o achado central desta seção.

Embora o arcabouço legal exista no país, a realidade de Lavras, apontada pelas E1, E3, E5, demonstra um déficit na Administração Pública e na gestão intersetorial para a efetiva implementação. Essa carência reflete os desafios apontados na literatura sobre o tema, visto que a colaboração intersetorial — essencial para o sucesso dos programas de saúde mental escolar — é constantemente apontada como um ponto crucial, mas ainda precário (Tavares & Barros, 2022). A E4, ao ressaltar que as políticas existentes "muitas vezes não dialogam com a realidade das escolas", expõe uma falha de planejamento e execução que limita a eficácia da ação governamental. Tal cenário é evidenciado, por exemplo, pela insuficiência de informações sobre saúde mental disponíveis aos professores, um problema amplamente reconhecido pela literatura (Soares *et al.*, 2014), o que compromete a atuação e a segurança dos profissionais.

Como forma de suprir essa lacuna e garantir o suporte técnico especializado, a sugestão mais proeminente é praticamente unânime: a presença de um profissional de psicologia atuando de forma permanente nas escolas (E1, E2, E3 e E7). Essa demanda, que visa transformar o psicólogo em um servidor contínuo da instituição, é a solução prática encontrada pelos profissionais para tentar concretizar o que as leis 13.935/2019 e 14.819/2024

prometem: um suporte técnico especializado e constante, capaz de auxiliar não apenas os alunos, mas também os professores e a comunidade, como sugere a E4.

5. Considerações finais

A presente pesquisa conseguiu compreender as percepções dos supervisores pedagógicos em relação à saúde mental dos estudantes nas escolas estaduais do município de Lavras. O objetivo foi alcançado através de sete entrevistas com os supervisores de seis escolas diferentes. As entrevistas foram divididas em cinco categorias de análise: Percepção sobre a Saúde Mental dos Estudantes, Apoio e Prevenção nas Escolas, Atuação da Escola e Professores, Capacitação e, por fim, Políticas Públicas.

Em termos gerais, sobre a percepção da saúde mental dos estudantes, foi possível compreender que os profissionais de Lavras percebem um cenário complexo e agravado pós-pandemia, com alta prevalência de ansiedade, depressão e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Tal quadro impacta o rendimento escolar e é influenciado por fatores externos, como o uso excessivo de tecnologia e a desestruturação familiar. Embora reconheçam a importância, as ações de apoio e prevenção nas escolas são pontuais e não institucionalizadas, o que se mostra insuficiente para conter o sofrimento psíquico grave dos alunos, evidenciado por relatos de autolesão e tentativas de suicídio.

A atuação dos professores é vista como essencialmente positiva no acolhimento e suporte emocional dos alunos. Contudo, a ausência de um suporte institucional robusto transfere o sofrimento psíquico dos alunos para os docentes, resultando em sobrecarga mental. Observa-se um grande descompasso entre o papel crucial do educador no apoio e seu preparo efetivo, visto que a maioria se sente insegura e com conhecimento limitado, reforçando a urgência da demanda por capacitação especializada e contínua. Além disso, os profissionais concordam com a relevância das políticas públicas, mas criticam a falta de concretização prática de leis como a 13.935/2019 e a 14.819/2024, demandando urgentemente a presença de um psicólogo permanente nas escolas para garantir o suporte técnico especializado.

As limitações do estudo incluem não ter atingido a quantidade esperada de entrevistas. No entanto, os resultados obtidos foram substanciais. Sugere-se que futuras pesquisas ampliem o escopo deste estudo, estendendo a análise para outros níveis de ensino, como o Ensino Fundamental I e o Ensino Médio, o que permitiria a realização de estudos comparativos entre os três níveis educacionais. Recomenda-se, ainda, a inclusão de diversos atores no campo de pesquisa, explorando as visões de docentes, da equipe gestora, dos discentes e de seus familiares, visando uma compreensão mais holística e multifacetada do tema. No que tange aos profissionais, será relevante a incorporação de servidores com diferentes tempos de atuação no cargo, possibilitando a comparação entre percepções atuais e aquelas delineadas por indivíduos mais experientes. Outro eixo de investigação de grande relevância é a exploração da saúde mental dos profissionais da educação, bem como a análise da presença da temática em pauta nos âmbitos municipal, estadual e federal. Por fim, estudos futuros devem contemplar a investigação junto a diferentes atores para verificar a necessidade e a importância da implementação de políticas públicas relacionadas ao tema.

Referências

- Barbieri, M. (2023). *Saúde mental na primeira infância* [Trabalho de conclusão do curso de Curso de Serviço Social]. Universidade Federal do Pampa. <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/8787>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70.
- Bottallo, A. (2023). Depressão: Sintomas cresceram 26% em adolescentes na pandemia, diz estudo. *Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2023/05/01/interna_bem_viver,1488334/depressao-sintomas-cresceram-26-em-adolescentes-na-pandemia-diz-estudo.shtml
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm



ARTIGO

- Brasil. (2024). Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm
- Brasil. (2025). Lei nº 15.100, de 10 de janeiro de 2025. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15100-13-janeiro-2025-796892-publicacaooriginal-174094-pl.html>
- Cid, M. F. B., Squassoni, C. E., Gasparini, D. A., & Fernandes, L. H. D. O. (2019). Saúde mental infantil e contexto escolar: As percepções dos educadores. *Pro-Posições*, 30, e20170093. <https://www.scielo.br/j/pp/a/x46ycvnxT3msphKhJm4WyjF/>
- Faria, N. C., & Rodrigues, M. C. (2020). Promoção e prevenção em saúde mental na infância: Implicações educacionais. *Psicologia da Educação*, 51, 85–96.
- Fatori, D., Brentani, A., Grisi, S. J. F. E., Miguel, E. C., & Graeff-Martins, A. S. (2018). Prevalência de problemas de saúde mental na infância na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 3013–3020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.25332016>
- Gandra, A. (2023). Estudo alerta para alta incidência de suicídio na adolescência. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-09/brasil-registra-1000-suicidios-de-criancas-e-adolescentes-por-ano>
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2021). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.
- Goes, N., & Matos, R. (2016). Educação inclusiva e saúde mental no contexto escolar: Um estudo na rede municipal de Lauro de Freitas-BA. In *Anais do II Encontro Estadual de Política e Administração da Educação da Bahia. I Seminário de Estudos Pesquisas em Educação de Camaçari* (pp. 66–77). Salvador, BA. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21190/3/Anais%20Encontro%20Estadual%20de%20Pol%C3%A9tica%20e%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Bahia.pdf>
- Matsukura, T. S., & Cid, M. F. B. (2007). Intervenção junto a professores do ensino público municipal: Abordando os papéis da família e escola no desenvolvimento infantil e viabilizando ações. In T. Araújo Filho & M. J.-M. Thiollent (Orgs.), *Metodologia para projetos de extensão: Apresentação e discussão* (pp. 192–196). Cubo Multimídia.
- Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação. (2024). *Lista das escolas*. <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas/lista-de-escolas/>
- Organização Pan-Americana da Saúde. (n.d.). Saúde mental dos adolescentes. <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>
- Santos, P. L. dos. (2006). Problemas de saúde mental de crianças e adolescentes atendidos em um serviço público de psicologia infantil. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 315–321. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200010>
- São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. (2022). Em mapeamento, 70% dos estudantes avaliados relatam sintomas de depressão e ansiedade. <https://www.educacao.sp.gov.br/em-mapeamento-70-dos-estudantes-avaliados-relatam-sintomas-de-depressao-e-ansiedade/>



ARTIGO

- Silva, D. B. B., Souza, A. I. J. de, Cortes, H. M., & Gelbcke, F. L. (2024). Estratégias para promoção da saúde mental de crianças e adolescentes no contexto escolar: Uma revisão sistemática. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(5), 6625. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.5-024>
- Soares, A. G. S., Estanislau, G., Brietzke, E., Lefèvre, F., & Bressan, R. A. (2014). Percepção de professores de escola pública sobre saúde mental. *Revista de Saúde Pública*, 48(6), 940–948.
- Tavares, C. M. de M., & Barros, S. (2022). Programas de capacitação em saúde mental do adolescente no contexto escolar: Revisão de literatura. *Revista Pró-Universus*, 13 (2), 29–39. <https://doi.org/10.21727/rpu.v13iEspecial.3430>
- Wei, Y., & Kutcher, S. (2012). International school mental health: Global approaches, global challenges, and global opportunities. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 21(1), 11–27. <https://doi.org/10.1016/j.chc.2011.09.005>